

Tramitam na Câmara 124 projetos para mudar a Lei Maria da Penha

Presidente Jair Bolsonaro sancionou quatro alterações neste ano. Mudanças em excesso tiram foco de políticas públicas de proteção à mulher

[\(Metrópoles, 26/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Há em tramitação na Câmara dos Deputados 124 projetos, com datas de 2008 a 2019, para alterar o texto da Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha. Entre as proposições, 56 foram apresentadas por parlamentares apenas neste ano.

O presidente Jair [Bolsonaro](#) (PSL) já sancionou, desde o início da sua gestão, cinco mudanças que chegaram até ele após o aval do Congresso. Até o dia 30 de outubro, o chefe de Executivo federal terá que decidir sobre mais uma: trata-se de um projeto de lei de autoria do deputado federal Luiz Lima (PSL-RJ) que facilita o pedido de divórcio para a mulher vítima de violência doméstica.

O [PSL](#), legenda de Bolsonaro, foi o partido que mais propôs mudanças em 2019. No total, foram sete. Em seguida, ficam empatados o PSDB e o PTB, cujos parlamentares propuseram seis alterações.

Os dados foram extraídos do portal da Câmara dos Deputados. Foram excluídos os projetos arquivados (40), os retirados pelos autores (5) e aqueles que já se tornaram normas jurídicas (10).

Sair do papel

A eficácia de um número alto alterações, no entanto, é contestada. Para a advogada Soraia Mendes, especialista em [direitos das mulheres](#), trechos modificados ou inseridos no texto têm pouco efeito prático e podem acabar mascarando a falta de investimentos em políticas públicas que garantam a

aplicação da lei.

“São medidas que trazem algum impacto quando são aprovadas, mas não ao combate à violência. A gente precisa de políticas públicas. Precisa que a Lei Maria da Penha saia do papel”, afirmou.

A especialista, que é coordenadora nacional do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, avalia que há risco de flexibilização no texto, considerando os aspectos políticos do governo.

“Durante todo esse tempo, nós temos conseguido manter a higidez desse texto e, desde o início dessa gestão, temos uma avalanche de mudanças, que vem muito em um sentido de dar outra roupagem à legislação. Por outro lado, ela vem mostrando o quão é perigoso que a lei acabe perdendo a sua natureza”, disse.

Efeito ilusório

Lia Zanotta Machado fez pós-doutorado em ciências sociais e acredita que o efeito das alterações sancionadas pelo presidente da República pode ser ilusório. Embora tenham pontos positivos, as mudanças são insuficientes diante da falta de capacitação institucional.

“A implementação da Lei Maria da Penha está muito distante. Não é o reforço de pequenos itens, mas de uma capacitação de cabo a rabo dos juízes e dos policiais”, avaliou.

O porta-voz da Presidência da República, [Otávio Rêgo Barros](#), afirma que a proteção à mulher é uma prioridade para Bolsonaro. “O objetivo do presidente sempre foi e será proteger as mulheres que sejam alvo de violência doméstica”, disse.

Sanções

A primeira mudança, que começou a valer em junho deste ano, permite a aplicação de medida protetiva de urgência à vítima ou a seus dependentes pela autoridade judicial ou policial.

No mesmo mês, a sanção do presidente da República acrescentou à lei um trecho que torna obrigatória informar sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.

Com mais uma mudança no texto, em setembro, o agressor passou a ser responsabilizado pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas.

As outras duas sanções são do mês de outubro. Desde então, a Lei Maria da Penha prevê a apreensão de arma de fogo sob posse de agressor em casos de violência doméstica e garante a matrícula dos dependentes da vítima em escola mais próxima de seu domicílio.

Por Manoela Albuquerque

Grupo se reúne com autoridades em Brasília para pedir liberação do aborto

(G1, 23/03/2015) Feministas marcaram encontros no STF, no Congresso e no Executivo. Iniciativa surgiu após morte de mulheres em clínicas clandestinas no RJ.

Um grupo formado por professoras universitárias e militantes feministas marcou uma série de encontros com autoridades em Brasília no início desta semana para defender a legalização do aborto no país, de forma voluntária com gestantes com até 12 semanas de gravidez.

Leia mais:

['Sem descriminalização do aborto, mulheres são condenadas ao silêncio e à vergonha' \(O Globo, 23/03/2015\)](#)

[Mulheres, aborto e vacas \(Vozes da Igualdade, março/2015\)](#)

Entre segunda (23) e terça-feira (24), o grupo se reúne com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), parlamentares e a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, para pedir apoio à causa.

Nas reuniões, será entregue uma carta que busca sensibilizar as autoridades para o assunto. Também será apresentado um abaixo-assinado, realizado pela internet, com mais de 3.300 assinaturas de apoio pedindo a legalização do aborto a órgãos do Legislativo, Executivo e Judiciário.

“Criminalizando o aborto, mulheres continuam morrendo, em condições ainda mais vis. Tamanhas violência e humilhação colocam em xeque a igualdade de gênero e os direitos individuais. É preciso retirar o debate sobre o aborto do âmbito do dogmatismo religioso e das investigações policiais e acolhê-lo ao espaço dos direitos humanos”, diz trecho da carta (leia a íntegra ao final desta reportagem).

A iniciativa surgiu no final do ano passado, após a morte de duas mulheres, no Rio de Janeiro, que buscaram clínicas clandestinas para interromper a gravidez. Elizangela Barbosa, com 32 anos e três filhos, morreu em setembro com perfurações no útero e no intestino ao tentar abortar uma criança em Niterói.

Em agosto, Jandira Magdalena dos Santos, de 27 anos, desapareceu no dia em que saiu para fazer um aborto. Ela morreu durante a operação em uma clínica clandestina e, no dia seguinte, seu corpo foi encontrado carbonizado, sem as digitais e a arcada dentária, dentro de um carro na Zona Oeste do Rio.

Uma das integrantes do grupo, Lena Lavinias, que é professora do Instituto de Economia da UFRJ, diz que o objetivo é também passar informações sobre o atual quadro de aborto no país.

“É para mostrar que existe grande parcela que não aceita essa hipocrisia de milhares de mulheres serem obrigadas a abortarem na criminalidade, que isso leva ao aumento da mortandade. Se, diante desse quadro, não tivermos política que reconheça a existência da prática, vamos começar a encher as

prisões de mulheres, porque evidentemente as mulheres não vão deixar de fazer aborto”, disse ao G1.

Agenda

No Congresso, o grupo vai se reunir com os deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Jandira Feghali (PC do B-RJ). Lavinas, no entanto, reconhece a dificuldade em aprovar uma mudança via Legislativo, em função do peso da bancada evangélica na Câmara, que busca tornar crime todas as formas de aborto, mesmo aquelas atualmente permitidas.

O próprio presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), declarou recentemente que a legalização do aborto não iria ser aprovada em sua gestão.

Na noite desta segunda (23), o grupo se reuniu com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski. A reunião foi marcada com a ajuda da vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecko, a segunda maior autoridade do Ministério Público no país.

“Considero um tema importante. Minha atuação está envolvida com temas relacionados à violência contra a mulher”, afirmou Wiecko ao G1, antes de entrar no gabinete do ministro.

Mais cedo, à tarde, o grupo esteve com o ministro Luís Roberto Barroso. Em 2012, como advogado, ele defendeu, em nome do Conselho Federal de Medicina, a descriminalização do aborto para casos de anencefalia. Nesta quarta, o grupo deve ser recebido no STF pelos ministros Rosa Weber, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Teori Zavascki.

Entre os apoiadores do grupo está o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão, o advogado e jurista Oscar Vilhena e o músico e escritor Tony Belloto. Foi convidada para as reuniões a senadora uruguaia Constanza Moreira, uma das principais articuladoras da legalização do aborto no Uruguai.

Leia abaixo a íntegra da carta do grupo:

O Brasil precisa dar ainda importantes passos a fim de garantir uma vida

digna a suas cidadãs e seus cidadãos.

A sociedade brasileira manifestou profunda indignação e pesar, no fim do último ano, quando, na tentativa de interromper uma gravidez indesejada, duas jovens mulheres - Jandira e Elizângela - foram cruelmente assassinadas. A resposta primeira a essa tragédia foi de brutalização policial e criminalização, mantendo o sistema que condena milhares de mulheres anualmente a se tornarem fora da lei, clandestinas. Essa, certamente, não é maneira mais efetiva, justa ou decente de enfrentarmos a prática do abortamento, que extrapola os casos hoje autorizados em lei no Brasil. A proibição ao aborto, ademais, tem se mostrado inócua à sua prevenção.

A petição que ora entregamos reúne o apoio de milhares de indivíduos, mulheres e homens, que, como nós, entendem ser necessário descriminalizar o aborto, tratando-o como direito à saúde, à dignidade e à segurança.

Criminalizando o aborto, mulheres continuam morrendo, em condições ainda mais vis. Tamanhas violência e humilhação colocam em xeque a igualdade de gênero e os direitos individuais. É preciso retirar o debate sobre o aborto do âmbito do dogmatismo religioso e das investigações policiais e acolhê-lo ao espaço dos direitos humanos.

Nossa expectativa aos nos dirigirmos é fazer valer um novo entendimento sobre uma questão que exige um tratamento pautado por direitos constitucionais inalienáveis e valores republicanos.

Coletivo duas gerações de luta pelo aborto legal e seguro

Angela Freitas

Bila Sorj

Débora Thomé

Hildete Pereira Melo

Jacqueline Pitanguy

Leila Linhares

Lena Lavinias

Sonia Correa

Renan Ramalho

Acesse no site de origem: [Grupo se reúne com autoridades em Brasília para pedir liberação do aborto \(G1, 23/03/2015\)](#)

Reforma Política: Campanha pela Constituinte entrega votos ao Executivo, Legislativo e Judiciário

(INESC, 16/10/2014) Nessa semana, representantes de inúmeras entidades e movimentos sociais entregaram os resultados do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A entrega fez parte da agenda da V Plenária Nacional da campanha do Plebiscito Constituinte.

A campanha, que começou há mais de um ano, culminou com a coleta de votos ao longo da semana da pátria (1 a 7 de setembro). Foram contabilizados, ao todo, 7,7 milhões de votos, quase a população de Portugal. Desse total, 97% dos votantes (7,5 milhões) disseram sim à convocação de uma assembleia constituinte para promover a reforma política no país. A mobilização envolveu cerca de 100 mil pessoas e mais de dois mil comitês populares espalhados pelo país.

Na segunda-feira, 13/10, os militantes se reuniram com a presidenta Dilma Rousseff e fizeram a entrega oficial. Na terça (14), eles realizaram uma mobilização na Praça dos Três Poderes para participar de ato simbólico das entregas do Legislativo e Judiciário. Os resultados foram apresentados para Henrique Alves, presidente da Câmara e para Manoel Carlos de Almeida Neto, Secretário Geral da Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Outra ação dos militantes foi recolher assinaturas dos parlamentares para o

Decreto Legislativo que encaminhará para a votação do Plebiscito Oficial para Constituinte da Reforma Política. Durante a tarde de terça, foram recolhidas 144 assinaturas. Para que seja viabilizado, o decreto necessita de 171 assinaturas, dentre os 513 deputados.

Segundo José Antônio Moroni, membro do colegiado de gestão do Inesc e da Plataforma pela Reforma do Sistema Política, o primeiro significado da entrega dos votos do Plebiscito Popular é que essa agenda tem respaldo na população. “O povo quer sim mudanças radicais nas formas de se fazer a política. Que o povo concorda que precisamos fazer as rupturas que nunca fizemos: a ruptura com o passado escravista, machista, homofóbico, patrimonialista. A ruptura com uma sociedade baseada e estruturada nas desigualdades. Só seremos um país realmente democrático quando tivermos um sistema político que represente as grandes maiorias da nossa população e não apenas os que estão no topo da pirâmide. Se conseguirmos isso, vamos conseguir eliminar a própria pirâmide de nossa história”, afirmou Moroni.

As atividades da V Plenária da campanha do Plebiscito Constituinte ocorrem em meio ao resultado das eleições que definiram nova composição para o Parlamento brasileiro (Câmara e Senado), no último dia 5.

Mais uma vez, prevaleceu a influência do poder econômico, com metade das cadeiras na Câmara sendo ocupada por setores empresariais e um forte avanço de segmentos conservadores sobre a maioria das vagas. Segundo informações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), trata-se da composição mais conservadora do Congresso Nacional desde 1964.

A Plenária terminou nessa quarta-feira (15), e para além de entregar os resultados, teve o objetivo de discutir os próximos passos da Constituinte.

Acesse no site de origem: [Reforma Política: Campanha pela Constituinte entrega votos ao Executivo, Legislativo e Judiciário \(INESC, 16/10/2014\)](#)